REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº, DE 2025.

(Da Sra. Júlia Zanatta)

Solicitação de informações sobre a classificação de sigilo de cinco anos aplicada a telegramas diplomáticos relacionados aos irmãos Joesley e Wesley Batista e suas atividades na Venezuela.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, § 2°, da Constituição Federal e nos art. 24, inciso V e § 2°, e 115, inciso I, do Regimento Interno, solicito seja encaminhado ao Senhor Ministro de Estado de Relações Exteriores, embaixador **Mauro Vieira**, para que sejam prestadas as seguintes informações:

- Listagem completa dos telegramas, despachos telegráficos e circulares telegráficas que foram classificados com grau de sigilo de cinco anos, relacionados aos irmãos Joesley e Wesley Batista, ao grupo J&F, à JBS e à Âmbar Energia, bem como às interações com autoridades venezuelanas.
- Justificativas detalhadas que embasaram a decisão de classificar esses documentos como sigilosos, incluindo os critérios utilizados e as possíveis implicações para a segurança nacional ou para as relações diplomáticas do Brasil.
- 3. Informações sobre a participação de autoridades brasileiras, incluindo diplomatas e representantes do governo, em reuniões ou negociações mencionadas nos telegramas classificados, especialmente aquelas envolvendo o então ministro de Petróleo e presidente da PDVSA, Pedro Tellechea, em 27 de fevereiro de 2024.







CÂMARA DOS DEPUTADOS Gabinete da Deputada JÚLIA ZANATTA - PL/SC

- 4. Descrição dos procedimentos internos do Itamaraty para a classificação de documentos como sigilosos, incluindo os responsáveis pela decisão e os mecanismos de revisão dessa classificação.
- 5. Análise sobre como a divulgação ou a manutenção do sigilo desses documentos pode afetar as relações bilaterais entre o Brasil e a Venezuela, bem como eventuais impactos nas atividades empresariais de empresas brasileiras no exterior.

JUSTIFICATIVA

A referida reportagem indica que o Itamaraty impôs um sigilo de cinco anos a telegramas diplomáticos relacionados aos irmãos Joesley e Wesley Batista e suas interações com o governo venezuelano.

Diante da relevância do tema e considerando os princípios constitucionais da publicidade e da transparência na administração pública, é fundamental que este Parlamento obtenha esclarecimentos sobre os motivos que levaram à classificação desses documentos como sigilosos, os critérios adotados para tal decisão e as possíveis implicações para as relações internacionais do Brasil.

Essas informações são essenciais para o exercício da função fiscalizadora do Poder Legislativo e para assegurar que as ações do Executivo estejam em conformidade com os preceitos legais e constitucionais vigentes.

Sala das Sessões, em 10 de fevereiro de 2025.

Deputada Federal Júlia Zanatta (PL/SC).



